



Enero 2020 - ISSN: 1988-7833

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS EFEITOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO JOVEM

Maria do Socorro Rodrigues Silva¹
Marcia Maria de Melo²
Jeferson de Castro Vieira³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Maria do Socorro Rodrigues Silva, Marcia Maria de Melo y Jeferson de Castro Vieira (2020): "Reestruturação produtiva e seus efeitos sobre o mercado de trabalho jovem", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/01/mercado-trabalho-jovem.html>

RESUMO: Este artigo analisa alguns aspectos da reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho juvenil. As transformações em curso, na forma de inovações no setor produtivo, produtos financeiros, formas de comercialização, organizacional e tecnológica das empresas, afetaram o mercado de trabalho com elevação do desemprego, modificando o perfil do trabalhador, passando a exigir profissional flexível, polivalente, multifuncional dotado de novas competências. A fundamentação teórica está subdividida em seções que abordam a reestruturação produtiva, juventude, desafios da qualificação profissional, população nem-nem (nem estuda e nem trabalha). A base de dados utilizada para análise foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE), no período de 2014 a 2018 no Brasil. Conforme os dados analisados verificou-se que a dinâmica da desocupação tem um forte conteúdo de discriminação por idade, sexo, cor negra e parda e escolaridade.

Palavras chave: Reestruturação produtiva; mercado de trabalho; desemprego; qualificação profissional.

ABSTRACT: This article analyzes some aspects of productive restructuring and its impacts on the youth labor market. The transformations in progress, in the form of innovations in the productive sector, financial products, new forms of commercialization, organizational and technological of companies, affected the labor market with rise in unemployment, changing the profile of the worker, requiring a flexible, multifunctional professional endowed with new skills. The theoretical foundation is subdivided into sections that deal with productive restructuring, youth, professional qualification challenges, NEET population. The database used for analysis was a National Household Sample Survey of the Brazilian Institute Geography and Statistics (PNAD-IBGE), from 2014 a 2018 in Brazil. According to the analyzed data, it is verified that the unemployment dynamics has a strong content of discrimination by age, gender and

¹ Administradora, Professora Especialista no Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA, Mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil. m_socorr0@hotmail.com

² Engenheira financeira, economista, Consultora, instrutora, projetista e educadora acadêmica e profissional, Mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil. marciamariademelo@gmail.com

³ Economista, Mestre e Doutor em Estudos Comparados Sobre as Américas pela Universidade de Brasília, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás, Goiânia, Brasil. jcastrovieira@gmail.com

schooling. **Keywords:** Productive restructuring; job market; youth unemployment; professional qualification.

RESUMEN: Este artículo analiza algunos aspectos de la reestructuración productiva y sus impactos en el mercado de trabajo juvenil. Las transformaciones en curso, en forma de innovaciones en el sistema productivo, productos financieros, formas de comercialización, organizacional y tecnológica de las empresas, han afectado el mercado de trabajo en forma de elevación del desempleo, modificación en el perfil del trabajador, exigencia de un profesional flexible, polivalente, multifuncional dotado de nuevas competencias. La base teórica se subdivide en secciones que abordan la reestructuración productiva, la juventud, los desafíos de calificación profesional, ni la población (ni el estudio ni el trabajo). Con base en el análisis de datos de la Encuesta nacional de muestras de hogares del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (PNAD-IBGE) de 2014 a 2018 en Brasil. Según los datos analizados, se encontró que la dinámica del desempleo tiene un fuerte contenido de discriminación por edad, género, color negro y marrón y educación.

Palabras clave: Reestructuración productiva; mercado de trabajo; desempleo juvenil; cualificación profesional.

AGRADECIMENTOS Apoio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

1. INTRODUÇÃO

O início do século XXI é marcado por profundas transformações geradas, em grande parte, pelos avanços tecnológicos. Há em curso uma reestruturação da organização do capital em nível internacional, introdução de inovações técnicas e organizacionais no sistema produtivo, conhecido na literatura econômica como acumulação flexível.

Essa acumulação flexível, na visão de Harvey (2012, p.141), é marcada por “níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical, que era uma das colunas políticas do regime taylorista/fordista”.

Nessa direção, tais mudanças têm provocado debates intensos sobre o futuro do mundo do trabalho. Toffler (1980) sinaliza para o trabalho intelectual, embalados pela “terceira onda”; De Masi (2001) trata do “ócio criativo”; Castells (1999) aponta a importância do “trabalho em rede”; Aznar (1995) para “menos trabalho” e Rifkin (2004), para o “fim dos empregos”.

Praticamente, há certo consenso entre os autores, que em decorrência das mudanças no mundo do trabalho e as transformações dos processos produtivos, o conteúdo do trabalho sofre uma transformação substantiva.

As demandas por trabalho exigem um profissional flexível, polivalente, multifuncional, com novas competências e habilidades, que só sobrevive se estiver em um processo de contínua requalificação profissional. Esse fenômeno de transformações no mundo do trabalho atinge o Brasil a partir dos anos 2000.

Assim, “as temáticas do emprego e, sobretudo do desemprego e juventude aproximam-se e ganham a cena pública mobilizando a construção de respostas por parte do Estado” (CORROCHANO, 2008, p.2).

Isso implica em geração de políticas públicas para a juventude centrada principalmente na geração de empregos e renda, o que quer dizer que o desemprego entre os jovens passa a ser um dos problemas sociais a ser enfrentado pelo Estado.

Ademais, no segmento juvenil percebe-se claramente um distanciamento entre qualificação e trabalho. Mesmo os que tenham maiores níveis de escolaridade formal, eles são fortemente afetados pelo desemprego e, quando empregados, restam aos mesmos as ocupações mais precarizadas.

Isso significa que se, em tempos passados, o trabalhador vislumbrava o trabalho como norteador da vida, hoje no século XXI o jovem, pelas condições de flexibilidade e precariedade do trabalho assalariado, às vezes, se vê à deriva sem perspectivas exatas.

Mediante essas transformações no mundo do trabalho, este artigo busca respostas à taxa de desemprego juvenil ser tão mais elevada do que as de outras faixas de idade. Considera-se como jovem a parcela da população situada na faixa etária entre 15 e 29 anos divididos em

três subgrupos: 15 a 17, 18 a 24, e 25 a 29 anos. Para estudo será analisado o subgrupo de 18 a 24 anos, supondo que aos 18 anos a maioria dos jovens brasileiros já deixou o ensino médio ou estão próximos a fazê-lo e aos 24 anos tenderiam a finalização da educação formal, inserção no mercado de trabalho e constituição da família.

Desta forma, as possíveis respostas para esta questão podem estar relacionadas à estrutura do desemprego e níveis de renda que se diferenciam em função dos fatores de discriminação (idade), sexo, cor e de capital humano (escolaridade). O entendimento dessas relações permite não só traçar perfis juvenis, mas compreender a relevância das políticas públicas para essa categoria. Utiliza-se como base de dados do mercado de trabalho a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc-IBGE), nos anos de 2014 a 2018.

O artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A seção dois introduz a conceituação e contextualização da reestruturação produtiva, desafios da qualificação e juventude. A terceira analisa os determinantes estruturais do desemprego juvenil e, por último, as considerações finais.

2. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O modelo de organização do trabalho que reunia, sob o objetivo da produção em massa de produtos homogêneos (CLARK,1991), foi substituído por um outro modelo com sistemas complexos de máquinas integradas. Dessa forma, a lógica da concorrência intercapitalista passa a ser a fabricação de produtos diferenciados, o que exige uma estrutura produtiva flexível.

Essa nova lógica de produção provoca transformações profundas no mundo do trabalho, onde a fábrica deixa de ser um fenômeno nacional, passa a ser integrada e coordenada globalmente. Essas transformações estruturais introduzem novos problemas ao mercado de trabalho (PAULI et al, 2012).

Um dos aspectos mais fortes dessas metamorfoses operadas no mundo do trabalho é destacado como, “o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural* (grifo do autor), que atinge o mundo em escala global” (ANTUNES, 2015, p.49-50).

Nessa direção, há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos (ANTUNES, 2015).

Em que pese essas mudanças serem percebidas com maior pujança na produção industrial e nos setores de ponta da economia, praticamente todos os setores da produção na sociedade são afetados com consequências nefastas para os trabalhadores.

No caso específico do Brasil, a reestruturação produtiva se consolida a partir dos anos 1990, como desdobramento da crise do capitalismo. Portanto, é uma década perdida de transformações significativas, marcadas pela abertura comercial e financeira, reestruturação produtiva e das formas de organização do trabalho.

Em lugar de uma retomada econômica com geração de empregos e distribuição de renda, o País enfrenta mais um período de quase estagnação econômica, desemprego e aumento da desigualdade social.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro é desenhado com uma similaridade entre “o simultâneo crescimento da abertura comercial, da instabilidade política, econômica e hiperinflação, com conseqüente queda na taxa de investimento e drástico efeito sobre o emprego no Brasil” (DREWINSKI, 2009,p.65). A abertura comercial reduziu a competitividade da indústria nacional e contribuiu para redução das fontes de emprego, uma em função da concorrência direta dos produtos importados, e a outra maior e não reversível, em função dos aumentos da produtividade engendrados pela incorporação de tecnologia poupadora de mão de obra (RIBEIRO, 2016).

Nesse período observa-se uma dança setorial na composição relativa da população brasileira ocupada. Portanto, a década de 1990 é marcada por um período em que os serviços absorvem mais postos de trabalho sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos verificada tanto no campo como na indústria.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o setor de serviços como um todo já apresentava na economia brasileira um inchamento, influenciado pelo efeito combinado do expressivo êxodo rural com a geração de empregos no setor industrial insuficiente ao universo de trabalhadores disponível no mercado de trabalho urbano (POCHMANN, 2012, p.58).

Especialmente no Brasil, o processo de reestruturação produtiva é algo particular e singular,

pois, não acontece a substituição de um modelo por outro. Ao contrário, o que se observa é a coexistência de modelos de produção diferentes.

Nessa direção, isso quer dizer que as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, ainda dominante, também vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível o que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2015, p. 232).

Assim, a reestruturação produtiva modifica substantivamente os processos produtivos, com a constituição de um perfil de trabalhador completamente diferente daquele do modelo taylorista/fordista. Com isso, o trabalhador tem que se moldar ao novo sistema com severas adequações de habilidades, competências e flexibilidade para não ser excluído do competitivo e exigente mercado de trabalho contemporâneo.

2.1 DESAFIOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As mudanças em curso tem gerado maior esforço aos formuladores das políticas de qualificação profissional, diante do perfil da força de trabalho requerido pelo mercado de trabalho, onde impera a ideologia fundamentada na nova teoria do capital humano e na abordagem das competências. “A noção de competências vincula-se à perspectiva da reestruturação produtiva de caráter flexível” (BATISTA, 2011, p. 153)

Apesar do termo competência ser utilizado desde a idade média no entendimento jurídico, como incumbência, responsabilidade para julgamento e pareceres, no contexto organizacional é tido como emergente. Após a segunda guerra mundial com a publicação do paper *Testing for Competence rather than Intelligence* por McClelland, a Psicologia Organizacional passou a considerar o estudo das competências no contexto organizacional e na área da administração o fenômeno ganhou relevo na década de 1990 (BRANDÃO, 2007; MONTEZANO, SILVA e COELHO JÚNIOR, 2015).

Considerando a pluralidade do estudo de competências que é multifacetado e complexo, a aplicação nas organizações possui diferentes níveis de entendimento. Le Boterf (1995) situa competência em três pilares, formados pela pessoa (biografia, socialização), por formação educacional e por experiência profissional, assim competência é o saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros.

Para Durand (1998), a competência é consequência da sinergia resultante de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e, sobretudo, necessárias ao alcance de um objetivo específico. Nos estudos realizados por Zarifian (2001), competência é a capacidade de reagir a novas situações apoiando em conhecimentos adquiridos em práticas passadas, quanto mais aumenta a complexidade das situações.

No entendimento de Hirata (1997, p.35), “o enfoque pela competência é que ele permite concentrar a atenção sobre a pessoa mais do que sobre o posto de trabalho.” Dessa forma, o trabalhador, para responder cada vez mais as exigências das organizações, deve buscar o aprimoramento das competências técnicas e genéricas bem como a capacidade de adaptação as mudanças, sendo o especialista, essência do fordismo, substituído pelo generalista.

Destarte, a teoria do capital humano formalizada a partir de 1950 com as ideias iniciais de Schultz (1973) que coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador como uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade.

Schultz praticamente inicia um debate mundial entre pesquisadores como Becker (2007), Mincer (1958), Solow (1957), mostrando a relevância do capital humano para o crescimento econômico.

Logo, esta disciplina lida com a relação entre ganhos de produtividade pela utilização do fator humano. Assim, reforça a tese que o trabalho humano, principalmente quando capacitado por meio da educação, é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica.

No campo educacional, a teoria do capital humano constitui uma concepção tecnicista sobre o ensino e a organização da educação. Há, portanto, uma mistificação de seus objetivos reais.

Assim, pode-se constatar que “sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital” (MINTO, 2006, p.5).

Nessa perspectiva, o capital humano, portanto, desloca para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e faz da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (MINTO, 2006, p.5).

No Brasil, a teoria do capital humano é aplicada rapidamente ao plano das teorias do desenvolvimento econômico e da igualdade social no contexto do milagre econômico, ou seja, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

Nessa direção pode-se perceber que, a disseminação da “teoria” do capital humano, como panaceia da solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos, foi rápida nos países latino-americanos e de Terceiro Mundo (FRIGOTTO, 2010, p.41).

Ademais, os indivíduos acreditam produzir um aumento da sua capacidade de trabalho que será recompensada pela ascensão social tendo a educação como promotora da democracia.

Assim, é possível afirmar que, [...] a educação é convocada, talvez prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos (MELLO, 1995, p.31).

Nesse contexto a teoria do capital humano desconsidera a desigualdade social, depositando no indivíduo a responsabilidade da ascensão social, fazendo crer na igualdade de chances, ou seja, na democratização de oportunidades.

Apesar de não haver consenso entre os estudiosos e os críticos sobre a teoria do capital humano, há concordância que quanto mais elevado o nível de capital humano de uma sociedade, de acordo com as pesquisas empíricas, maior o crescimento do Produto Interno Bruto da região ou nação.

E é justamente neste contexto de competências, reestruturação produtiva, globalização, elevadas taxas de desemprego, que os jovens mais escolarizados se deparam com um mercado de trabalho cada vez mais restrito.

2.2 JUVENTUDE NO MERCADO

DE TRABALHO

Os estudos que tratam a temática da juventude são consensuais em reconhecer como diversos e polêmicos os critérios que delimitam este fenômeno social. Já no seu início, o debate enfrenta problemas de definição, por exemplo, na denominação do objeto.

Os questionamentos vão desde quem são os jovens, passam pela faixa etária a que está se referindo, deparam se são ricos ou pobres e terminam com o nível de escolaridade formal concluída. Portanto, a delimitação da categoria juventude não é precisa, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais.

É necessário reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude “tem sido encarada como fase da vida marcada por certa instabilidade associada a determinados problemas sociais, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda” (SPOSITO, 1997, p.38).

Apesar da polêmica sobre a diversidade de critérios para delimitar a categoria juvenil, que pode ser vista como período de transição para a vida adulta, ou como fenômeno da modernidade, ou entre outros, faixa etária. Para tanto, ao analisar juventude, é essencial considerar a heterogeneidade e os diferentes padrões vivenciados por distintos grupos de jovens.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define como jovens as pessoas com idade entre 15 a 24 anos, mas salvaguarda que, de acordo com a realidade, cada país pode estabelecer sua faixa jovem. No Brasil, de acordo com a Lei 11.129, de 30/06/2005, para fins de políticas públicas do Governo Federal, jovem é o brasileiro que se encontre na faixa etária entre 15 e 29 anos. Duas são as principais justificativas para a mudança: maior expectativa de vida para a população em geral, e maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho (ANDRADE, 2008, p. 26).

No caso brasileiro, a ampliação da faixa etária para 29 anos está relacionada ao adiamento da inserção no mundo do trabalho, tendo como premissa não apenas a formação escolar. A saída da escola supõe uma transição para a vida adulta, sendo esta questão social altamente complexa, na qual estão imbricadas características dos indivíduos, das famílias e dos domicílios.

Assim como a sociedade pós-moderna é cheia de contradições na forma das pessoas viverem, a juventude também aparece como uma fase da vida de evidentes contraposições em que ela pode expressar o momento de maior predisposição para questionar a realidade e experimentar mudanças.

Finalmente, como cita Reguillo (2000 apud CARRANO, 2009, p.170), “enfocar as juventudes e os

jovens como sujeitos de direitos, com necessidades, demandas particulares e potencialidades, requer pensar a sua singularidade e diversidade”.

E é nesse contexto que os jovens, especialmente os de baixa renda, se veem com muitas barreiras para inserção em mercado de trabalho num nível elevado de competitividade, com exigências de flexibilidade, polivalência, alta qualificação e experiência laboral.

2.3 POPULAÇÃO JOVEM “NEM-NEM”

No contexto da sociedade do contemporânea chama a atenção para uma parcela da população jovem que está distante da escola e do mercado de trabalho. Essa categoria é denominado de jovem “nem-nem”.

A delimitação da população jovem “nem-nem”, termo usado no Brasil, ou ni-ni na literatura espanhola, ou NEET internacionalmente, é incipiente e complexa como fenômeno social. Trata-se de jovens que estão fora das escolas e do mercado de trabalho, que possuem trajetórias distintas.

O referido fenômeno é mundial e atinge tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento, despertando a atenção das organizações internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras, que tratam das temáticas juventude e trabalho.

Diversos são os estudos que tratam o fenômeno “nem-nem” como Quintini e Martin(2006), que destacam as dificuldades dos jovens em conseguir o primeiro emprego; Furlong e Cartmel (2007), tratam da etapa transição escola e trabalho mais prolongada em função das características individuais e da reestruturação do mercado de trabalho; Camarano e Kanso (2012), discorrem acerca da transição para a vida adulta e quem são os jovens “nem-nem”; Tillmann (2013) aborda a desigualdade social, escolaridade e rendimentos dos jovens no Brasil; Cardoso (2013) estuda a crise econômica e a pobreza como problema social causador da condição “nem-nem”.

Assim, diversas são as causas que levam os indivíduos a enquadrarem-se na condição “nem-nem”- primeiro emprego; faixa etária que termina a juventude, transições de saída da escola para o trabalho, escolaridade dos pais, crise econômica e pobreza - mas, especialmente no Brasil, diferentemente do que se observa na Europa, os jovens “nem-nem”, não se concentram em uma geração e tem correlação com a renda familiar, baixa escolaridade e escolaridade dos pais.

Neste sentido, é possível afirmar que os pais mais escolarizados teriam mais informações sobre a importância da educação e tenderiam a atribuir mais valor ao tempo gasto por seus filhos em atividades escolares(CORSEUIL et al. 2001, p.38).

Embora as escolhas sejam individuais para a condição de ser “nem-nem”, a renda e a educação dos pais tem influência nas escolhas dos jovens, considerando que pais mais escolarizados possuem maiores rendas e consciência sobre a relevância da educação, aumentando a probabilidade dos jovens permanecerem na escola.

Na definição do perfil dos “nem-nem”, estudos apontam características individuais mais propensas a enquadrarem-se nesta situação como mulheres, mulheres com filhos, jovens de baixa renda e baixa escolaridade (fundamental incompleto) sendo esta a causa mais recorrente para a situação de inatividade (Monteiro, 2013, p.10).

Por inatividade entende-se que são aquelas pessoas que não trabalharam e não tiveram a iniciativa de procurar trabalho na semana de referência (IBGE, 2003), e isso, entre outras causas, pode estar relacionado a falta de capacitação.

Assim o fenômeno tem forte relação com a desigualdade social e pode comprometer, em médio prazo, o crescimento da economia brasileira, inclusive deixando de aproveitar a oportunidade do bônus demográfico⁴.

Conforme relatório na temática Competências e Empregos do Banco Mundial(2018), quase 25 milhões de pessoas da população jovem brasileira estão ameaçados pelo desemprego e pela pobreza. Desses, cerca de 11 milhões estão os chamados “nem-nem” ou inativos; outros 2,2 milhões só estudam com defasagem de série; 8,8 milhões só trabalham informalmente; 2,8 milhões trabalham e estudam informalmente. A subutilização deste contingente traz efeitos negativos para o desenvolvimento econômico, político e social do

⁴ Por bônus demográfico entende-se que “ é o potencial de crescimento econômico que pode resultar de mudanças na estrutura etária da população, principalmente quando a proporção da população em idade ativa (15 a 64 anos) é maior do que a parcela da população que não se encontra em idade economicamente ativa” (UNFPA, 2014,p.12).

país. Entre os diversos desafios de desenvolvimento econômico e social para as lideranças brasileiras, está a formulação de políticas públicas na geração de emprego e renda que colocam os jovens no centro das ações relativas ao trabalho decente e redução das desigualdades sociais.

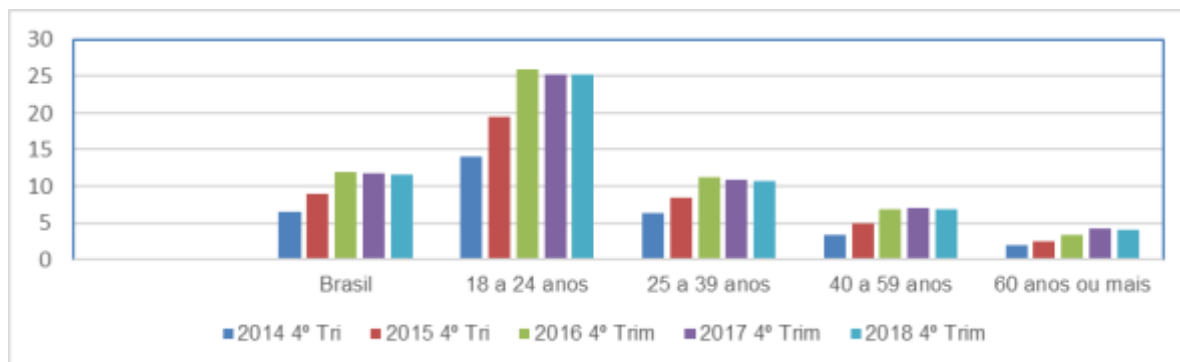
2. METODOLOGIA

Para este estudo utiliza-se a pesquisa exploratória qualitativa e quantitativa tendo como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc-IBGE), nos anos de 2014 a 2018. A análise centra na estrutura do desemprego e inatividade por idade, sexo, cor e nível educacional. Inicialmente faz-se uma decomposição da taxa de desemprego de jovens, adultos e idosos, e, assim, observa-se qual o componente, (a taxa de desemprego específica da categoria; a proporção da população economicamente ativa que pertence à categoria) influenciará para que essas estas duas categorias apresentem taxas diferentes entre si. Com base nesses resultados procederá a nova decomposição entre a categoria jovem para identificar onde está concentrado os maiores índices de desemprego e as características desta (sub)categoria.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados do gráfico 1, o desemprego apresenta uma tendência de alta em todas as faixas etárias no período entre 2014 a 2018. Corroborando com Bastos (2007), o desemprego entre os jovens (18 a 24 anos) é significativamente mais elevado, com taxas acima de dois dígitos, oscilando em torno de 20%. A partir de 2015, segue trajetória de crescimento contínuo, atingindo 25,8% o maior índice em 2016. Isso mostra a dificuldade da passagem da juventude para a vida adulta em meio as mudanças produtivas e sociais que estão ocorrendo. O Brasil para aproveitar a fase do bônus demográfico precisa, urgentemente, investir em educação avançada voltada para profissionalização ou especialização o que implica investimento em inovação da educação para a inclusão social dos jovens ao mercado de trabalho contemporâneo.

Gráfico 1. Brasil: Taxa de Desocupação por faixa etária - 2014-18 (%).



Fonte: IBGE/PNADc (2014-18), adaptado pelos autores.

Ao considerar a heterogeneidade e os diferentes padrões vivenciados por distintos grupos de jovens, tem-se uma categoria muito afetada pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho que é o jovem “nem-nem” no Brasil. Ao referir-se a jovens que nem trabalham nem estudam, o que se compreende é que são jovens que deixam a escola para trabalhar, mas não tem qualificação para tal, daí sua situação de nem estudar nem trabalhar. Conforme se constata nos dados da Tabela 1, apresentados pelo IBGE (2014-2017), a população dos jovens que nem estudam nem trabalham, dos 18 aos 24 anos, no Brasil, evoluiu de 25% para 29,8% entre 2014 e 2017. Isto significa que são aproximadamente sete milhões de jovens que estão fora da população economicamente ativa, o que traz sérias consequências presentes e futuras para o desenvolvimento do econômico e social do país. Esses resultados tiveram maior impacto na Região Nordeste, que evoluíram de 30,6% para 36,9%, o que requer políticas eficazes de inclusão social desta população.

Tabela 1: Brasil: População que não trabalha e não estuda de 18 a 24 anos -2014-17 (mil e %).

Ano	Só estuda		Estuda e trabalha		Só trabalha		Não trabalha/ Não estuda		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
2014	3.731	16,9	3.245	14,7	9.559	43,3	5.519	25	22.055	100
2015	3.729	16,7	3.237	14,5	9.243	41,4	6.095	27,3	22.305	100
2016	4.147	18,4	3.065	13,6	8.542	37,9	6.784	30,1	22.538	100
2017	4.199	18,3	3.190	13,9	8.722	38	6.838	29,8	22.949	100

Fonte: IBGE/PNADc (2014-17), adaptado pelos autores.

Quanto ao perfil dos jovens da geração “nem-nem” tem forte relação entre sexo, cor, e posição na unidade domiciliar. Apesar da prevalência da categoria “nem-nem” ser do sexo feminino, aproximadamente 70%, na Tabela 2 verifica aumento da inatividade de aproximadamente 4 p.p., dos homens brancos e de 6,9 p.p., dos homens pretos e pardos, entre 2014 e 2017. A posição no domicílio influencia na decisão de inatividade, com destaque para situação de cônjuge que ficou em torno dos 40%, seguido da condição de filho em torno de 28% e como agregado aproximadamente de 30%. Para Mota (2018), o processo de transição da fase jovial para a vida adulta mostra um forte viés de gênero, de forma genérica, homens aparentam mais associados ao mercado de trabalho e as mulheres às tarefas domésticas.

Tabela 2: Brasil. Características da População Nem-Nem de 18 a 24 anos - 2014-17 (%) .

Características	Ano			
	2014	2015	2016	2017
Total	25	27,3	30,1	29,8
Cor ou raça e sexo				
Homem branco	15,1	16,6	20,4	19,4
Homem preto ou pardo	19	21,4	25,9	25,9
Mulher branca	26	28	28,6	29,6
Mulher preta ou parda	38	40,5	42,3	41
Condição na unidade familiar				
Pessoa de referência	19,3	21,2	24,7	25,3
Cônjuge	44,8	45,7	44,1	42,1
Filho	21,9	24,8	28,2	28
Outro parente ou agregado	26	27	31,4	31,1

Fonte: IBGE/PNADc (2014-17), adaptado pelos autores.

Em relação ao rendimento observa-se que a desigualdade de renda *per capita* domiciliar influencia significativamente na escolaridade dos jovens, sendo este um dificultador para a inserção do jovem ao mercado de trabalho. Figueiredo e Almeida (2017) afirmam que o perfil de renda é um forte indicador para compreender o comportamento dos jovens que não estudam e não trabalham. Conforme dados da Tabela 3 verifica-se que quanto menor o rendimento *per capita*, menor a frequência líquida as séries escolares. Comparando os dados do Quintil 1 x Quintil 5 - os dados revelam diferenças expressivas. Para o ensino médio (15 a 17 anos) verifica-se atraso na idade- série, sendo que a maior frequência são para os jovens de maior renda familiar distribuídos assim: Q1 54% e Q5 90,7% uma diferença de 36,7 p.p., para o quintil de renda mais elevada; no ensino superior Q1 6,6% e Q5 58,3% uma diferença de 51,7 p.p., para o quintil de renda mais elevada. Em 2017 a taxa de frequência líquida no ensino superior ficou em 23,2 % para os jovens entre 18 e 24 anos ficando estável em relação a 2016, sendo que para o sexo feminino a taxa foi 26,8% com redução 1 p. p em relação ao ano anterior. O sexo feminino possui escolaridade maior do que o masculino sendo de 26,8% para as mulheres e de 19,7% para os homens, no ensino superior; quanto a cor ou raça, as pessoas de cor branca, a frequência líquida no ensino superior ficou em 32,9% e a de cor preta e parda foi de 16,7%, ou seja, apesar das políticas públicas, como a política de cotas, ainda verifica-se menores taxas de acesso ao ensino superior das pessoas de raça negra.

Tabela 3: Brasil - Frequência escolar da população residente de 15 a 24 anos de idade, por características selecionadas – 2016-2017 (%).

Local e característica	15 a 17 anos ensino médio		18 a 24 anos ensino superior	
	2016	2017	2016	2017
Brasil	68,2	68,5	23,8	23,2
Sexo				
Homem	63,2	63,6	20	19,7
Mulher	73,5	73,7	27,8	26,8
Cor ou raça				
Branca	75,9	76,6	33,5	32,9
Preta ou parda	63,1	63,5	16,8	16,7
Renda domiciliar per capita				
Quintil 1 - até 20%	53,8	54,7	6,6	6,6
Quintil 2 - mais de 20% até 40%	64,6	65,3	12	12
Quintil 3 - mais de 40% até 60%	73,6	73,9	19,9	20,1
Quintil 4 - mais de 60% até 80%	82,1	81,1	32,1	32,3
Quintil 5 - mais de 80%	89,6	90,7	60,2	58,3

Fonte: IBGE/PNADc (2016-17), adaptado pelos autores.

Considerações finais

Neste trabalho foi analisado a relação entre a categoria juventude - trabalho e, como a dinâmica geográfica no Brasil estrutura a apropriação do espaço, produzindo o território do trabalho, especialmente, entre os jovens de 18 a 24 anos. Os resultados corroboram com os diversos estudos sobre os índices de desemprego serem mais elevados para os jovens mundialmente. Para a OIT (2012) “A crise do emprego juvenil: um chamado a ação”, afirma que a criação de postos de trabalho decentes, em número adequado para os jovens, é uma questão de máxima prioridade mundial.

Assim sendo, observa-se que as mudanças provocadas pela reestruturação afetaram as políticas públicas em geral, especialmente as políticas educacionais. Apesar da educação ser um direito de todos, ainda existem severas dificuldades que impedem o acesso dos jovens a escola, como a baixa renda domiciliar *per capita* e ser negro.

O aperfeiçoamento do trabalhador é relevante e necessário, por ser condição para qualquer trabalhador almejar disputar um posto de trabalho, inclusive a baixa escolaridade pode implicar em crescimento das taxas dos jovens “nem-nem” de 18 a 24 anos.

Além da melhoria na qualificação, sugere-se também políticas eficazes na geração de emprego e renda para a população, pois as diversas políticas públicas estão focadas na qualificação e não na inserção do jovem ao mercado de trabalho.

Assim, para melhorar a qualidade de vida dos jovens, em tempos de reestruturação produtiva, necessário o desenvolvimento de ações como investimento em educação, qualificação e oportunidades reais de pleno emprego.

Este estudo não tem a intenção de esgotar a discussão, recomendando-se a continuidade de outras pesquisas, especialmente no fator aumento da população desalentada na juventude.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva – Ensaio de Sociologia do trabalho*. São Paulo: Editora Práxis.
- ANDRADE, Carla Coelho (2008). *Juventude e Trabalho: Alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo*. IPEA, n.38. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4077/1/bmt37_09_juventude_e_trabalho.pdf. Acessado em 12/07/19 às 07:10.
- ANTUNES, Ricardo (2015). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 16ª ed. São Paulo: Cortez.
- AZNAR, Guy (1995). *Trabalhar Menos para Trabalharem Todos*. São Paulo: Scritta.
- BANCO MUNDIAL (2018). *Competências e Empregos: uma Agenda para a Juventude*. Washington: Oxford University Press, p.42-46. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/S%C3%ADntese-de->

constata% C3%A7% C3%B5es-conclus% C3%B5es-e-recomenda% C3%A7% C3%B5es-de-pol% C3%ADticas. Acessado em 18/06/19 às 10:20.

BASTOS, Raul Luís Assumpção(2007). A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, R. (Coord.) Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140325dimensoes-da-precarizacao-do-mercado.pdf>. Acessado em 03/03/19 às 08:15.

BATISTA, Roberto Leme(2011). *A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109178/ISBN9788579831980.pdf?sequence=1>. Acessado 13/02/19 às 14:20.

BECKER, Gary Stanley(2007). Health as human capital: synthesis and extensions. *Oxford Economic Papers*, Volume 59, Issue 3, 1 July , p. 379-410. Disponível em: https://ucema.edu.ar/u/je49/capital_humano/Health_as_Human_Capital_Becker.pdf. Acessado em 13/05/19 às 21:10.

BRANDÃO, Hugo Pena(2007). Competências no trabalho: uma análise da produção científica brasileira. *Estudos de Psicologia*, v.12, n.2, p.149-158. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n2/a07v12n2.pdf>. Acessado em 18/05/19 às 08:15.

CAMARANO, Ana Amelia ; KANSO, Solange(2012). O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? *Boletim Mercado de Trabalho*, vol.53. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3855/1/bmt53nt03jovens.pdf>. Acessado em 19/05/19 às 22:15

CARDOSO, Ana Claudia Moreira(2009). Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador. Tese de Doutorado (Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues (2009). Identidades Culturais Juvenis e Escolares: arenas de conflitos e possibilidades. *Revista Diversia*, CIDPA Valparaíso, nº 1 abril , p. 159-184. Disponível em: <http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/Revista-Diversia-01.pdf>. Acessado em 23/05/19 às 12:15

CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

CLARK, Simon(1991). Crise do fordismo ou crise da social democracia? *Lua Nova*: São Paulo, n.24. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200007. Acessado em 19/08/19 às 22:30.

CORROCHANO, Maria Carla(2008). *O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens no Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

CORSEUIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues; FOGUEL, Miguel Nathan (2001). Decisões críticas em idades críticas: A escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. *Texto para Discussão*, n.797, Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4029. Acessado 28/05/19 às 13:45.

DE MASI, Domenico (2001). *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante.

DREWINSKI, Jane Maria de Abreu(2009). *Empreendedorismo: discurso pedagógico no contexto de agravamento do desemprego estrutural*. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

DURAND, Thomas. Forms of incompetence(1998). In: *Fourth International Conference on Competence Based Management*. Oslo, Norwegian School of Management. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34347348/Forms_of_Incompetence.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DForms_of_Incompetence.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190912%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190912T131732Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=aca6fa1679ff7dbcb8f8e2557ff74a8e8bd49727ffa7d22799f7bdf41c2aec4. Acessado em 15/02/19 às 09:15.

FERNANDES, Bernardo Mançano(2009) Sobre tipologias de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-216. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-IVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acessado em 19/08/19 às 16:25.

FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues; ALMEIDA, Jessika Brenner Soares Almeida(2017). População “nem-nem”: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. **Revista de Estudos Sociais**, n. 38, v. 19, p.106-129. Disponível em: Doi: <http://dx.doi.org/10.19093/res4942>. Acessado em 22/08/19 às 19:20.

FRIGOTTO, Gaudêncio(2010a). *A produtividade da escola improdutiva: Um (Re) Exame das relações e estrutura Econômica-Social Capitalista*. 9.ed., São Paulo: Cortez..

FRIGOTTO, Gaudêncio(2010b). *Educação e Crise do Capitalismo Real*. 6. ed. São Paulo: Cortez.

FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred(2007). *Young people and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press. Disponível em: <http://eprints.gla.ac.uk/54420/>. Acessado em 26/08/19 às 22:15.

Fundo de População das Nações Unidas(2012). Resumo executivo. Envelhecimento no Século XXI: celebração e Desafio. New York. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/>. Acessado em 26/08/19 às 21:32.

HARVEY, David(2012). *Condição Pós-Moderna*. 23. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Loyola.

HIRATA, Helena (1997). Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudanças dos paradigmas produtivos. In: CASALI et alii (orgs.). *Empregabilidade e educação. Novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: EDUC-PUC/Rhodia, p.24.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(2017). **Tabelas**, Rio de Janeiro: IBGE.

LE BOTERF, Guy(1995). De la compétence - essai sur un attracteur étrange. In: *Les éditions d'organisations*. Paris: Quatrième Tirage, 1995.Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=De+la+comp%C3%A9tence:+essai+sur+un+attracteur+%C3%A9trange+Les+%C3%A9ditions+d%27organisations&author=LE+BOTERF+G&publication_year=1995. Acesso em 12/02/19 às 21:40.

MACHADO, Lucília Regina Souza(1992). Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: _____ et al. *Trabalho e educação*.Campinas: Papirus, Cedes; São Paulo:Ande,Anped.Coletânea CBE. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2SF/AnaDantas/04.pdf>. Acessado em 25/08/19 às 10:25.

MARSHALL, Alfred(1988). *Princípios de Economia*. Tradução Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural.

MELLO, Guiomar Nano(1995). *Cidadania e Competitividade: Desafios educacionais do terceiro milênio*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.

MINCER, Jacob (1958). Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. *Journal of Political Economy*. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1827422?seq=1#page_scan_tab_contents. Acessado em 15/05/19 às 21:35.

MINTO, Lalo Watanabe (2006). Teoria do capital humano: verbete. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.) Navegando pela história da educação brasileira. Campinas, SP: Gráfica da Faculdade de Educação: *Revista HISTEDBR On-line*, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%A0do_capital_humano.htm#_ftnref1. Acessado em 15/07/2019 às 11:20.

MOTA, Denise Guichard Freire (2018). **Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: Caracterização e transformações no período 2004/2015**.280f. Tese (Doutorado em Ciências, em Economia). Universidade Federal de Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2018

MONTEIRO, Joana(2013). Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. *Texto para Discussão*, n.34, FGV/Ibre, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11661/Quem%20s%C3%A3o%20os%20jovens%20nem-nem.pdf>. Acessado em 25/02/19 às 13:45.

MONTEZANO, Lana; SILVA, David Leonardo Bouças; COELHO JR., Francisco Antônio (2015). Competências Humanas no Trabalho: a Evolução das Publicações Nacionais no Novo Milênio. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 39.

Anais ... Belo Horizonte: EnANPAD. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314175846_Competencias_Humanas_no_Trabalho_a_Evolucao_das_Publicacoes_Nacionais_no_Novo_Milenio. Acessado em 18/06/19 às 22:15.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>

POCHMANN, Marcio(2012). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

QUINTINI, Glenda; MARTIN, Sébastien(2006). Starting well or losing their way?: The position of youth in the labour market in OECD countries. *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*,n.39.Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/351848125721.pdf?expires=1568298150&id=id&accname=guest&checksum=3A6C101866FE06D8618DBF8875D6B8F5>. Acessado em 18/08/19 às 22:25.

RIBEIRO, Ulisses Pereira(2016). Inserção dos serviços nas políticas de desenvolvimento do governo do Estado de Sergipe no período recente. **Revista do Curso de Direito**, v.6, n.1, dezembro. Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – Fanese – Sergipe. Disponível em: http://app.fanese.edu.br/rd_direito/wp-content/uploads/2017/06/ulisses-revista-direito-6.1-2016. Acessado em 18/08/19 às 22:30.

RIFKIN, Jeremy(2004). *O fim dos empregos*. São Paulo: M.Books.

SCHULTZ, Theodore William (1973). *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.

SMITH, Adam (1988). *A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural.

SOLOW, Robert Merton(1957). A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v.70, p.65-94. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Solow1956.pdf> Acessado em 02/09/19 às 21:50.

SPOSITO, Marília Pontes(1997). Estudos sobre juventude e educação. *Revista Brasileira Educação* - ANPED. n.5, Mai/Jun./Jul./Ago.

TILLMANN, Eduardo André(2013). *Escolaridade, rendimentos e desigualdade de gênero entre os jovens no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 69p.

TOFFLER, Alvin(1980). *A terceira onda*. São Paulo: Bantam Books.

ZARIFIAN, Philippe(2001). *Objetivo Competência: Por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas.